

ÍNDICE

1. A Reforma Fiscal dos anos oitenta	5
1.1. A exigência de uma reforma fiscal	6
1.2. A tentativa de criação de um imposto “único”	7
2. Incidência pessoal	11
2.1. Residentes	11
2.2. Não-residentes	22
3. A unidade fiscal	27
3.1. A tributação conjunta	28
3.2. A composição do agregado familiar	32
4. Rendimento tributável	36
4.1. Conceito	36
4.2. Rendimentos de atos ilícitos	38
5. As fases do imposto	41
5.1. A fase analítica	41
2. A fase sintética	421

CATEGORIA A

6. Rendimentos do trabalho dependente	45
6.1. Situações que originam rendimentos da categoria A	45
6.2. Noção de remuneração	50
6.3. Rendimentos não sujeitos a tributação.	51
6.4. Indemnização por extinção do contrato	53

6.5. As vantagens acessórias	57
6.6. Deduções Específicas	65
6.7. Benefícios fiscais	70
CATEGORIA B	
7. Rendimentos empresariais e profissionais	73
7.1. A unificação das categorias B e C	75
7.2. As “subcategorias” dos rendimentos empresariais e dos rendimentos profissionais	76
7.3. Outros rendimentos incluídos nesta categoria	78
7.4. Rendimentos de diferente natureza atraídos à tributação nesta categoria	81
7.5. Determinação do rendimento tributável	84
7.5.1. Com base na contabilidade	84
7.5.2. O regime simplificado	86
7.6. Os atos isolados	93
7.7. Exigibilidade do imposto	93
CATEGORIA E	
8. Rendimentos de capitais	95
8.1. Definição económica	95
8.2. Enumeração legal	97
8.3. Presunções	102
8.4. Momento de sujeição a imposto	103
8.5. Deduções específicas	105
8.6. A dupla tributação económica dos lucros distribuídos	105
CATEGORIA F	
9. Rendimentos prediais	109
9.1. Conceito de prédio	109
9.2. Noção de renda	111
9.3. Deduções específicas	112
9.4. A dedução do IMI	113
9.5. Tributação por aplicação de uma taxa especial	114
CATEGORIA G	
10. Incrementos Patrimoniais	117
10.1. Indemnizações	117
10.2. Prémios de jogos, de sorteios e de concursos	120

10.3. Acréscimos patrimoniais não justificados e incrementos patrimoniais	120
10.4. Mais-valias	128
10.5. Realização das mais-valias	131
10.6. Mais-valias imobiliárias	132
10.7. Imóveis destinados a habitação permanente	137
10.8. Transferência de bens para o património empresarial de uma pessoa singular	141
10.9. Mais-valias mobiliárias	142
CATEGORIA H	
11. Pensões	149
11.1. Dedução específica	150
A FASE ANALÍTICA	
12. O englobamento	153
12.1. Imputação de rendimentos	154
12.2. Dedução de perdas	155
12.3. Reporte de rendimentos	156
13. Abatimentos	157
13.1. Abatimentos ou deduções à coleta?	158
14. Taxas	159
14.1. Taxas gerais	159
14.2. O mínimo de existência	162
14.3. O quociente conjugal	164
14.4. Taxas liberatórias	166
14.5. Taxas especiais	169
14.6. Tributações autónomas	170
15. Deduções à coleta	174
15.1. Deduções que visam a pessoalização do imposto	175
15.2. Deduções que visam eliminar a dupla tributação internacional	185
15.3. Deduções com a natureza de benefícios fiscais	188
15.4. Deduções por pagamentos já efetuados	190
16. Pagamento	190
16.1. Retenções na fonte	190
16.2. Pagamentos por conta	196



16.3. Pagamento final	200
16.4. Reembolso oficioso	200
17. Obrigações declarativas e liquidação do imposto	201
17.1. Consignação de parte da coleta	203
18. Transparência Fiscal	203
18.1. Como forma de prevenir a elisão fiscal	204
18.2. Como forma de evitar a dupla tributação económica	206
18.3. Análise crítica do regime	209
18.4. Regras de tributação	212
18.5. Pagamento do imposto	215
Índice Remissivo	219
Bibliografia	225